Midiatização de processos democráticos: participação cidadã na circulação discursiva de dispositivos midiáticos

Eduardo Covalesky Dias
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Palavras-chave: democracia; participação cidadã; midiatização; circulação.

RESUMO EXPANDIDO

O artigo busca compreender como se desenvolvem dois referenciais teóricos transversais para o projeto de tese em execução: participação e democracia. Diante de um problema de pesquisa amplo e em desenvolvimento inicial, diversas dúvidas se interpõem. É central compreender como determinadas práticas de democracia digital tentam resolver o problema comunicacional entre o cidadão e o campo político em uma sociedade em midiatização.

O esforço da tese é manter o foco na circulação: de discursos e sentidos intra e intermidiáticos. É a partir da análise da circulação que se pretende estudar a participação cidadã em ambientes digitais. Como exercício deste trabalho, considerando um caso ainda em construção, faz-se uma aproximação entre experiências de participação realizadas nas interfaces DemocracyOS e Facebook com referências teóricas essenciais para a interface entre midiatização e política.

Aborda-se, nesse artigo, questões levantadas pelo projeto de pesquisa original em busca de uma melhor compreensão sobre o que se entende por participação cidadã e democracia digital, ao mesmo tempo em que se aproxima estes dois conjuntos conceituais, transversais, de outras codificações, centrais, para o entendimento dos processos midiáticos que se vinculam aos processos democráticos sob a ótica da midiatização.

O artigo faz um levantamento, por meio de fontes de pesquisa bibliográfica oferecidas pelo Periódicos Capes e pela Biblioteca Unisinos, de artigos produzidos nos últimos três anos sobre conceitos relacionados ao trabalho. Eles abordam termos como participação cidadã, participação política, cidadania comunicativa, democracia digital, e-democracia, deliberação online, dentre outros termos que, por vezes, se tornam sinônimos de uma mesma ideia. Foram utilizadas variações de palavras-chave citadas acima, em português, espanhol e inglês e também em interface com midiatização e circulação midiática.

Com base nessa revisão bibliográfica, o exercício se aproxima de materiais empíricos em exploração pelo autor para a construção do caso de pesquisa. Na interface DemocracyOS, observam-se discursos e sentidos produzidos em duas experiências: EuVoto.org e Partido de la Red. Na interface Facebook, observam-se discursos e sentidos produzidos em páginas de prefeituras brasileiras, com ênfase na experiência da Prefeitura de Curitiba.

Algumas questões devem nortear a organização do artigo, como o tensionamento entre participação e ciberativismo; o ambiente das redes sociais integrado às práticas de democracia digital; os modelos democráticos referenciais; e a ampliação, reprodução ou redução dos problemas da democracia por meio destes processos midiáticos.

Quando observados sob a ótica de uma sociedade em midiatização, percebe-se nos artigos da revisão bibliográfica uma gama de estudos dedicados a identificar processos sociais derivados dos processos midiáticos. Em alguns casos, os processos midiáticos ainda estão em segundo plano, de forma instrumental. O levantamento colabora na valorização da pesquisa desenvolvida, pois é possível observar a existência de dois grupos que se dedicam à democracia digital: otimistas e pessimistas. Eles derivam de um esforço empírico forte que tentam compreender as potencialidades da internet nos processos democráticos. No entanto, assim como na comunicação, comumente os pesquisadores recaem em uma análise da economia política ao invés de salientar o objeto comunicacional – ao qual pretende-se focar as atenções deste trabalho.

O caso em construção obedece algumas perspectivas teóricas a partir das quais se dará a sua delimitação e o tensionamento entre codificações concorrentes e referenciais. Parte-se do paradigma indiciário, proposto por Braga (2008), em aproximação com a perspectiva abdutiva, inicialmente trabalhada por Charles Peirce e abordada nos trabalhos de Verón (2013) e Ferreira (2015). Retomo aqui também o conceito de dispositivo midiático (FERREIRA, 2007), definido a partir da tríade entre operações tecno-tecnológicas, semio-linguístico-discursivas e sócio-antropológicas. Na análise da sociedade em midiatização, o dispositivo se articula nesta matriz triádica, que por sua vez se articula com processos sociais e processos comunicacionais.

A revisão fortalece a percepção de que focar nos processos midiáticos em um ambiente que parece necessitar bastante da interface com os processos sociais é uma estratégia produtiva e relevante para as ciências da comunicação. Os dispositivos midiáticos devem ser estudados em suas especificidades e em suas gramáticas para

colaborar com o campo científico na análise das transformações sociais possibilitadas por uma sociedade em midiatização.

A cidadania se transforma, também, em virtude dos processos midiáticos? Os usos e as apropriações de espaços digitais produzem sentidos e incidências nos sistemas democráticos, seus representantes e suas instituições, dentro dos direitos concedidos ao indivíduo pela cidadania. Ao aproximar tais reflexões ao material empírico proposto, produz-se um conjunto de inferências, baseadas numa coleta de indícios, que devem ser analisadas a partir de sua circulação discursiva com o devido entendimento das gramáticas de produção e de reconhecimento oferecidas pelos espaços de interação.

A escolha por DemocracyOS se deve por identificar nesta proposta uma ação que parte dos atores individuais em direção às instituições ou representantes políticos, por iniciativa da sociedade civil. DemocracyOS é uma plataforma *opensource* (código aberto) que busca desenvolver um "software gratuito de experiência fácil de uso (*user-friendly*) para cidadãos se informarem, debaterem e votarem em cada assunto apresentado no Congresso" (DEMOCRACYOS, 2015). Esta é uma das propostas de uso sugeridas por seus produtores, que podem ser outras quando apropriadas pelos grupos e cidadãos: deliberação sobre propostas de governo, definição de posicionamentos e incidência sobre decisão de representantes, apresentação de projetos de lei de forma pública, etc.

Há indícios de que plataformas digitais criadas com o objetivo de suprir os déficits comunicacionais da democracia esbarram na baixa participação e na falta de materialidade institucional que dê respaldo ao seu uso. Além disso, o contrato social não parece se efetivar entre a plataforma e o cidadão, e sim entre a instituição que se apropria da plataforma e o cidadão que faz uso dela. Com o avanço dessa interação, os cidadãos criam condições de também se apropriarem dessa relação, e geram novos conteúdos relacionados, seja em integração, seja em tensão, seja em disrupção com a instituição.

Uma inferência que produzo é: as práticas de democracia digital que partem da sociedade civil não cumprem sua função de efetivar maior participação cidadã por iniciativa ou esforço próprio e dependem da legitimidade atribuída pelo órgão, representante político, coletivo ou instituição pública. Há a necessidade de um contrato social entre a instituição e o cidadão pelo uso de determinada plataforma, que só se efetiva como dispositivo midiático com potencial solucionador de problemas comunicacionais da cidadania a partir do momento em que o indivíduo percebe que pode obter resposta às suas demandas. Isso se dá por meio de condições e gramáticas de produção e de reconhecimento, e a resposta por parte do órgão público é uma delas.

Nas políticas comunicacionais de diversas prefeituras no Brasil, é perceptível que, nos últimos anos, decidiu-se por estender às redes sociais espaços de interação, em um ambiente que gerou uma alta demanda de resolução de problemas de toda ordem por parte dos cidadãos. Defendo, então, que esta estratégia de comunicação gera uma necessidade cada vez maior às instituições públicas de se manter em constante contato com as pessoas e de dar uma resposta pública aos problemas dos moradores, que buscam soluções na plataforma onde estão e onde convivem, seja Facebook (principalmente), seja Twitter, Snapchat, Instagram, ou mesmo por sistemas próprios de contato com o cidadão, como a Central 156 no caso de Curitiba.

Neste nível, as experiências de prefeituras em redes sociais são um exemplo de grande potencial de identificação de práticas que possibilitam participação cidadã e que parecem conseguir suprir determinados níveis deficitários da democracia. Por mais que sejam um fenômeno recente, que deve sofrer transformações a cada ciclo eleitoral, elas se desenvolvem com a força coprodutiva dos receptores, cidadãos, que também geram demandas de respostas via redes sociais em outros municípios e incidem na necessidade de adaptação por parte de órgãos públicos de outras cidades que ainda não adotam a interação via redes sociais.

Referências

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. In: **Revista Matrizes**. Vol. 1. Nº 02, p. 73-88, abril de 2008.

FERREIRA, Jairo. Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos. **Líbero**, v. 9, n. 17, p. 137-145, 2009.

VERÓN, Eliseo. La abducción fundante. In: VERÓN, Eliseo. **Semiosis social 2: ideias, momentos, interpretantes.** Buenos Aires: Paidós, 2013

DEMOCRACYOS. How it all began. **DemocracyOS**, 2015. Disponivel em: <democracyos.org/about-us>. Acesso em: 20 Agosto 2015.